

Identidade e Diversidade Cultural no Currículo Escolar

Celso José Martinazzo¹

Aline Schmidt²

Cristiani Isabel Burg³

Resumo

Um dos grandes desafios e tarefas da escola contemporânea é proporcionar aos alunos o conhecimento sobre a própria identidade e a diversidade cultural do nosso país. Compreender e saber lidar com o fenômeno da diversidade cultural é um fator fundamental que pode evitar a discriminação e a exclusão escolar e social. Este estudo bibliográfico enfoca a importância da questão da(s) identidade(s) e diversidade cultural no currículo escolar, buscando compreender a função da escola atual num contexto multicultural com o objetivo de contemplar as diferenças culturais em seu currículo. A manifestação cultural de cada um e de cada povo revela a dimensão multicultural que se configura nas relações sociais e históricas. O diálogo intercultural se propõe a contemplar as relações e trocas entre as diferentes culturas.

Palavras-chave: Identidade. Diversidade cultural. Currículo. Escola.

IDENTITY AND CULTURAL DIVERSITY IN THE SCHOOL CURRICULUM

Abstract

One of the major tasks and challenges of contemporary school is to provide students with knowledge about their own identity and cultural diversity of our country. Understanding and knowing how to deal with the phenomenon of cultural diversity is a key factor that can prevent discrimination and social and school exclusion. This bibliographical study focuses on the importance of the issue of the identity (ies) and cultural diversity in the school cur-

¹ Doutor em Educação, professor do Departamento de Humanidades e Educação e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação nas Ciências da Unijuí. marti.sra@terra.com.br; martinazzo@unijuí.edu.br

² Licenciatura em Pedagogia. aline1205rs@hotmail.com

³ Licenciatura em Pedagogia. isabelburg@yahoo.com.br

riculum in order to understand the function of the current school in a multicultural context in order to address the cultural differences in its curriculum. The cultural manifestation of each and every people reveals the multicultural dimension that sets the social and historical relations. Intercultural dialogue is proposed to address the relationships and exchanges between different cultures.

Keywords: Identity. Cultural diversity. Curriculum. School.

As manifestações culturais são produzidas pelos grupos sociais em espaços geográficos distintos ao longo da História. As culturas são, portanto, dinâmicas, flexíveis e históricas. Nas palavras de Morin (2002, p. 300),

uma cultura é um conjunto de saberes, de *savoir-faire*, regras, estratégias, hábitos, costumes, normas, interdições, crenças, ritos, valores, mitos, idéias, aquisições, que se perpetua de geração em geração, reproduz-se em cada indivíduo e alimenta por geração e regeneração a complexidade individual e a complexidade social. A cultura constitui, assim, um capital cognitivo, técnico e mitológico não inato.

As formas culturais simbolizam as diferenças étnicas, religiosas, artísticas, o conhecimento e as crenças, as opções de gênero, os estilos de vida e a moral e todas as manifestações expressas pelo homem ou por um grupo de uma determinada sociedade.

Várias pesquisas revelam que a população brasileira é constituída por uma mestiçagem cultural muito ampla e diversificada em que convivem os mais diferentes grupos socioculturais. A cultura brasileira, na verdade, possui uma história muito recente para uma identidade diferenciada e não está devidamente caracterizada senão pela miscigenação cultural. Vivemos, portanto, em uma sociedade multicultural. João Maria André, autor português, afirma que “Todos somos mestiços e é no labirinto mais profundo das nossas mestiçagens que se geram as nossas opções, que se estruturam os nossos valores, que se formam e transformam as culturas e que cintilam as constelações das nossas crenças” (2012, p. 43).

A identidade individual e grupal é sempre uma manifestação que resulta desse dinamismo cultural e, portanto, produto da composição de diferentes culturas. A identidade humana expressa os traços característicos de cada ser que permitem distinguir um indivíduo de outro, um grupo de outros grupos ou ainda uma civilização de outra. Refere-se, de modo específico, às características próprias de cada um, da espécie humana e da sociedade. Ela delimita

e estabelece as semelhanças e diferenças entre os seres humanos, destacando suas características físicas, seu modo de pensar, ser e agir, bem como permite ao sujeito construir e desenvolver os traços da sua própria História.

Neste estudo procura-se identificar como argumento central que o modo de pensar e viver no mundo atual passa pelo reconhecimento da pluralidade e diversidade de sujeitos e de culturas. Compreende-se e pressupõe-se o multiculturalismo como um fenômeno típico do contexto da sociedade brasileira e do mundo, evidenciando, assim, o grande desafio da escola contemporânea, que é o de contemplar e saber lidar com essa diversidade cultural do Brasil, evitando, dessa forma, a discriminação social e a exclusão escolar. O novo cenário que está se desenhando reclama pelo reconhecimento da diversidade e singularidade contra as lógicas tradicionais da homogeneização.

Em contextos multiculturais, o papel da escola é, sem dúvida, poder contribuir para a formação de cidadãos conscientes dessa realidade e que se compreendam em sua identidade própria. Trata-se de uma tarefa complexa que exige da escola um currículo que supere programas, conteúdos e métodos monolíticos e fixistas em contraponto com formas mais flexíveis e dialogantes com as culturas. É necessário, para tanto, que a escola elabore e desenvolva um currículo que leve em conta e contemple as diferentes identidades e a diversidade cultural dos alunos. O respeito às diversas culturas existentes é, sem dúvida, um pressuposto e um possível caminho para garantir a inclusão escolar e social.

Diferenças socioculturais, multiculturalismo e interculturalidade

Vivemos em um país com a marca da diversidade cultural resultante do hibridismo de várias etnias e raças, representadas por índios, negros, alemães, portugueses, italianos, espanhóis, poloneses, turcos, apenas para citar alguns. Todos esses grupos fazem parte da rica diversidade cultural do povo brasileiro e contribuíram e ainda contribuem para a construção da História desta nação. Nossa identidade é, portanto, polimorfa.

Segundo Trindade e Santos (2002, p. 112):

É preciso aproveitar a rica heterogeneidade característica dessa terra, com disposição de conhecer como esta humanidade tão ricamente diferenciada foi introduzida e “aclimatada” no Brasil – e as responsabilidades que temos como educadores, de preservar essa diversidade, garantindo a identidade de cada tradição e promovendo a solidariedade, tarefa intransferível da educação.

Percebe-se, desta forma, que vivemos em um país no qual as semelhanças e diferenças socioculturais fazem parte de sua origem e que, apesar do fenômeno recente da globalização e do desenvolvimento da sociedade em rede, continuam ainda muito evidentes. João Maria André escreve em tom poético: “Diria eu que em todos nós se confundem os grãos de que somos feitos, com os grãos da terra em que nos desfazemos. Como não haveríamos de ser mestiços, quando é tão mestiça a terra que é nossa mãe?” (2012, p. 71).

As diferenças culturais atravessam a História desde sua origem, porém algumas delas foram rejeitadas ou silenciadas por sua condição de pertencimento, ou seja, pelos padrões definidos como válidos e aceitáveis, em um contexto ideológico entendido como hegemônico, no qual é negada a alteridade tanto no espaço escolar quanto em contextos sociais mais amplos. Em consequência do fato de as diferenças socioculturais serem cada vez mais evidentes e marcantes, a sociedade vem reivindicando uma política de reconhecimento tanto de suas diferenças e de suas múltiplas identidades quanto de suas desvantagens e desigualdades sociais, oriundas da discriminação social de gênero, de raça, de religião, de opção sexual e de origem regional.

Para viver democraticamente numa sociedade plural é preciso conhecer e, sobretudo, respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. As regiões brasileiras apresentam características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural, muitas vezes, é marcada pelo preconceito e pela discriminação. Nesse contexto, as escolas têm o desafio de investir na superação da discriminação e promover o conhecimento da riqueza representada pela diversidade cultural que compõe a sociedade. É necessário,

portanto, entender o que é a cultura e o que ela representa na vida de cada sujeito. Isso pressupõe, sem dúvida, uma revisão da História desta nação e deste país para tomar conhecimento dos períodos, dos fatos, atos e atitudes excluídos da História que é imposta às gerações em formação, sobretudo na escola. De acordo com Larraia (2005, p. 45):

O homem ao adquirir cultura, perdeu a propriedade animal, geneticamente determinada de repetir os atos de seus antepassados, sem a necessidade de copiá-los ou de submeter a um processo de aprendizado. Logo, tudo que o homem faz, aprendeu com os seus semelhantes e não decorre de imposições originadas fora da cultura. Portanto, cultura é um conjunto de artefatos imprescindíveis para a existência humana, isto é, para definir cultura, significa compreender a própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana.

Nesse sentido, a cultura é um fator condicionante que molda o homem enquanto indivíduo, fecundando as identidades individuais e sociais, abrangendo um conjunto de manifestações humanas. De acordo com Morin, o homem é, a um só tempo, físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico e, embora tenha um enraizamento biológico, afirma ele:

São as culturas que se tornam evolutivas, por inovações, absorção do aprendido, reorganizações; são as técnicas que se desenvolvem; são as crenças e os mitos que mudam; foram as sociedades que, a partir de pequenas comunidades arcaicas, se metamorfosearam em cidades, nações e impérios gigantes. No seio das culturas e das sociedades, os indivíduos evoluirão mental, psicológica, afetivamente (2002, p. 35).

Na qualidade de um ser biocultural é, no entanto, no seio da sua própria cultura que o homem se reconhece e autoconhece, assimilando as próprias origens e sua História como indivíduo participante de um grupo cultural, e tudo isso concorre para a formação de sua autoestima e compreensão de seu espaço-tempo enquanto ser humano.

A cultura diz respeito às diferenças que se configuram nas relações sociais e que estão atravessadas por questões de tradição, de concepção, de crença, do modo de se perceber ou de perceber o mundo, de domínio e de poder. Desta forma, compreender e conviver com as diferenças culturais constitui o foco central do multiculturalismo. A multiculturalidade, por sua vez, pode ser compreendida, em sua polissemia, como a prática de reconhecer e acomodar todas as culturas distintas que se mesclam em uma determinada sociedade, sem preconceito ou discriminação com qualquer uma delas. Revela, portanto, o fato da coexistência de formas culturais e/ou de grupos que se caracterizam por diferentes culturas, em uma proximidade espacial, em uma determinada sociedade.

Pode-se afirmar, então, que a multiculturalidade é um termo do contexto globalizado que tenta se opor às tentativas e diferentes formas de intolerância em relação às diversidades. Sua principal bandeira é lutar pelos direitos individuais ou grupais e por políticas públicas que contemplem os direitos básicos de todos os cidadãos. Nesta perspectiva, a multiculturalidade é um princípio que alerta para a necessidade de se ir além das atitudes de tolerância entre diferentes culturas em um mesmo território ou nação. Para o multiculturalismo, as diferenças culturais que coexistem em um mesmo local, Estado ou país devem ser reconhecidas e, até, estimuladas, para que possa haver uma convivência de diálogo e entendimento num contexto de diversidade. Conforme Silva,

O multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para serem suas formas reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto também como uma solução para problemas, que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante. De uma forma ou de outra, o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, antes de mais nada, obrigaram essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço (2004, p. 85).

De acordo com João Maria André (2012), há diferentes modelos de respostas e enfrentamentos à dimensão multicultural. Um modelo, insuficiente e politicamente pouco recomendável, por exemplo, é aquele em que se assume uma simples atitude assimilacionista, segundo a qual as pessoas e povos minoritários tendem a assimilar as culturas majoritárias, o que acarreta o sacrifício e a homogeneização da diversidade cultural. Da mesma forma, não se pode adotar um modelo do tipo integracionista, no qual os grupos minoritários mantêm suas especificidades culturais, porém de forma privada e restrita, “[...] não tendo lugar no espaço público que continua a identificar-se com os hábitos e as tradições da cultura dominantes” (p. 125). Já o modelo multiculturalista, ainda segundo o autor, contempla uma “justaposição de espaços monoculturais” em que há o reconhecimento dos direitos das pessoas e dos povos de se manifestarem de forma autônoma em relação a sua identidade histórico-social. Há, por outro lado, um modo mais apropriado de lidar com a diversidade cultural, que é o denominado modelo da interculturalidade, o qual contempla o diálogo entre as diversas culturas, com espaços de convívio coletivo em que as pessoas possam se encontrar, conviver e interagir. Esse modelo avança da coexistência para a interação, pressupondo “[...] uma concepção dinâmica e aberta de cultura e de identidade cultural e preconizando cruzamentos, diálogos, cooperação e envolvimento entre os diversos grupos ou etnias, que podem eventualmente transformar-se mutuamente em resultado dessa interação” (p. 127).

Às sociedades marcadamente multiculturais cabe a delicada tarefa de encontrar formas e estratégias de convivência que promovam a interculturalidade entre os diversos povos e grupos que as compõem. Conhecimento e compreensão das diferentes culturas devem resultar em relações positivas nas múltiplas esferas de participação humana de um povo.

A mestiçagem, constituindo um traço característico da humanidade, revela a nossa gênese multicultural e sugere um constante e criativo diálogo intercultural entre as diferentes identidades. Nossas imagens e concepções de mundo são resultantes, portanto, da forma dinâmica e processual das interdependências e dos fluxos das identidades socioculturais que estão em permanente

devir. As múltiplas culturas e a pluralidade de identidades revelam a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas culturais, com inspiração em um paradigma de relações intersubjetivas que promovam, assim, o respeito e a compreensão entre os cidadãos, evitando, desta forma, todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão.

A diversidade cultural, exclusão e discriminação no ambiente escolar

É necessário compreender que não será somente o apelo ao multiculturalismo que irá garantir o direito às manifestações da diversidade, mas deve haver um trabalho pedagógico bem-planejado em relação às diversidades culturais. Um dos pontos a ser considerado é o espaço que a educação escolar ocupa neste contexto. É preciso, portanto, refletir sobre como a escola tem respondido e pode responder às demandas do direito à igualdade e à diferença; e ainda: Como a comunidade escolar pode colaborar na construção de um currículo escolar sob uma perspectiva inter/multicultural?

As questões que envolvem a diversidade cultural brasileira têm sido objeto de reflexão e de estudo nas escolas a partir das últimas décadas do século 20. O multiculturalismo é uma das características mais marcantes dos debates contemporâneos. Isso deve-se, em parte, a alguns textos e documentos emanados da Comissão dos Direitos Humanos da ONU e outros órgãos que chamam a atenção para o direito e o respeito ao desenvolvimento de uma identidade étnica, linguística e religiosa, assegurando proteção aos grupos não hegemônicos, sem que haja qualquer discriminação.

Conceitos como diversidade, identidade, universalidade, diferença, igualdade e justiça social têm se mostrado, cada vez mais, sinônimos de preocupação para aqueles que lutam por uma educação em contexto de diversidade. O Brasil é um país marcado pela diversidade cultural e as instituições escolares são responsáveis pelo acolhimento de crianças que carregam a marca dessa

miscigenação entre índios, brancos, negros e imigrantes de todas as outras raças. Sendo a educação um direito de todos, é um grande desafio educar contemplando as diferenças na perspectiva da diversidade cultural.

O espaço escolar constitui um território rico e fértil no qual ocorrem as mais diversas manifestações culturais e vivências de valores. Nesse espaço, as culturas se entrecruzam, hibridizam-se, interpenetram-se em contínua interação entre os diferentes. Diante dessa realidade, é necessário trabalhar conceitos para o convívio plural em sociedade, tais como o respeito mútuo, a liberdade de expressão e manifestação e a solidariedade em relação aos outros. Para que isso aconteça, educadores e educandos precisam sentir-se integrantes e representantes de uma determinada cultura e estar abertos às influências recíprocas, procurando compreendê-las. A diversidade cultural está presente diariamente no contexto escolar, expressando-se na música, na dança, na culinária, na língua e em inúmeras atividades do cotidiano. João Maria André destaca o sentido pedagógico e a importância dessas manifestações culturais:

O teatro, a dança, a música e a pintura, por exemplo, oferecem-se frequentemente como espaços de interiorização e de aprofundamento da mestiçagem entendida como diálogo intercultural e o seu acontecimento sob a forma festiva e celebrativa inscrevem as suas propostas como excelentes interfaces para uma vivência plural de fundos, materiais, horizontes e modos de sentir que se misturam e procuram harmonias que a discussão das ideias nem sempre consegue (2012, p. 103-104).

Com frequência é possível identificar expressões, gestos e valores que representam e simbolizam a origem cultural de cada criança. Basta observar como elas dançam as músicas típicas da sua cultura e conseguem acompanhar o ritmo e os passos com perfeição; outras jogam futebol com os mesmos gestos e gingados dos jogadores profissionais, sem nunca terem tido uma aula técnica de aprendizagem desta modalidade. Tudo isso revela que é por intermédio das experiências vivenciadas no dia a dia, no seu próprio meio, que a criança aprende a estar no mundo e a conviver com os outros.

O universo dos alunos é repleto de expressões e manifestações culturais típicas do seu tempo. Ao observar a realidade, hoje percebe-se que as crianças estão imersas em um mundo de produtos culturais como: jogos de computador, celulares, brinquedos tecnológicos e eletrônicos, filmes, acesso à internet, alimentos industrializados, modos de se vestirem.

Na condição de sujeito social é impossível imaginar o homem fora do contexto da sociedade em que vive. Assim, o aluno que frequenta a escola traz consigo muitas informações e marcas do seu contexto cultural. Por essa razão, na escola o aluno deve ser considerado como o ser humano que é, na sua singularidade e na sua maneira de aprender e interagir com os outros. Conforme Hall,

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está “sempre em processo”, “sempre sendo formada” (2006, p. 38).

Nesse viés, cada aluno é um ser único e, ao mesmo tempo múltiplo, e possui uma história no conjunto estrutural biológico, social e cultural em que vive. O meio no qual a criança está inserida é um fator condicionante e, muitas vezes, determinante na formação da criança e influencia na construção de sua identidade pessoal. Os professores contribuem para a construção de valores e regras, para os comportamentos dos alunos e assim por diante. Isso significa que todas essas questões devem se transformar em campo de reflexão permanente por parte da escola como um todo. Moreira e Candau (2008) argumentam que “O trabalho com a identidade, nas escolas, talvez ainda não se faça presente, como seria de desejar, em todas as salas de aula. Sua importância talvez não tenha sido de todo reconhecida pelos profissionais da educação, bem como pelas comunidades escolares” (p. 62).

Isso posto, acredita-se que um dos grandes desafios das escolas nos tempos atuais é o de investir na superação da discriminação e promover o conhecimento da riqueza representada pela diversidade cultural que compõe o

patrimônio sociocultural de qualquer sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser um local de diálogo, de aprender a conviver, vivendo a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. Cabe à escola saber acolher a todas as crianças em sua diversidade cultural, sem que isso possa se traduzir em ameaças ou qualquer forma de preconceito e desrespeito à vida humana, independentemente de sexo, cor, gênero, credo, etnia, nacionalidade. Na expressão de Paulo Freire (1987, p. 39), “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, é possível reconhecer a importância do meio cultural, ou seja, do mundo da vida em que a criança vive em todo o processo pedagógico.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais pluralidade cultural e orientação sexual, acentuam o papel da escola na superação da discriminação (Brasil, 1997, p. 22):

[...] no processo de superação da discriminação e de construção de uma sociedade justa, livre e fraterna, o processo educacional há que se tratar do campo ético, de como se desenvolvem atitudes e valores, no campo social, voltados para a formação de novos comportamentos, novos vínculos, em relação àqueles que historicamente foram alvo de injustiças, que se manifestam no cotidiano.

A temática da pluralidade cultural, com ênfase no estudo da raça e etnia, começa a ser apresentada e discutida com mais intensidade dentro e fora do sistema escolar. Muitos professores, no entanto, não despertaram ainda para a importância desta questão e também não têm conceitos claros sobre a formação da sua própria identidade, bem como sobre a identidade cultural dos alunos e a brasileira, e isso, sem dúvida, pode ter reflexos no processo de ensino-aprendizagem.

A emergência da humanidade pressupõe a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação. Todos os alunos merecem ser reconhecidos e tratados com igualdade de direitos, em suas diferenças de cor, de raça, de sexo, de idade e de situação econômica. A realidade, no entanto, nem sempre é assim, e a

discriminação ainda está presente na relação entre professores, alunos e funcionários. O reconhecimento igualitário das diferenças e o respeito igualitário da alteridade constituem um imperativo transcultural defendido por Boaventura de Sousa Santos ao afirmar: “Temos o direito a ser iguais, quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (apud André, 2012, p. 124).

O professor pode ajudar a mudar a imagem negativa que a criança faz de si mesma; da criança vulnerável e com baixa autoestima, bem como deve estar atento à linguagem verbal, às expressões desagradáveis e aos apelidos. Cabe ao professor observar fatos e incidentes aparentemente sem importância, como crianças que não convivem com as outras, não brincam em grupo e se negam a um aperto de mão. Sobre isso, Valente (1999, p. 20) argumenta: “Aceitar as diferenças e enriquecer-se com elas continua a ser um problema que hoje ninguém sabe resolver porque supõe o reconhecimento da alteridade [...]”.

Ao longo da História da educação brasileira, como bem-retratam os livros, a escola tem privilegiado a cultura do homem branco, de origem europeia, e hoje tem dificuldade para educar num contexto de diversidade. No passado educava-se o homem genérico e universal. Muitos passaram pela escola e não tiveram o reconhecimento do direito a uma identidade cultural própria por constituírem minoria presente em uma determinada sociedade. Hoje todos estão convencidos de que se deve educar na e com igualdade, respeitando as diferenças e isso é um problema a ser enfrentado pela escola, que precisa oportunizar a aquisição, socialização e produção de saberes a todos e em todos os níveis de ensino-aprendizagem, com estratégias didático-metodológicas que contemplem as peculiaridades individuais e dos diferentes grupos. Segundo Oliveira e Sgarbi (2002, p. 43), “[...] a exclusão não se limita às populações indígenas. Muitos são os mecanismos que, ao definirem quem é, porque é e como é que se deve ser cidadão, excluem todos aqueles que não preenchem tais requisitos”.

Atitudes impensadas ou até inconscientes, às vezes, fazem com que o aluno sinta-se excluído do convívio escolar; por exemplo, quando o professor pede para o aluno tirar o calçado embarrado antes de entrar na sala de aula. Essa

criança, junto com o calçado, pode estar abrindo mão de um hábito cultural familiar. Esse pequeno gesto, bem como outras atitudes e deliberações escolares, revelam o quanto é difícil, delicada e complexa a função educativa da escola.

No ambiente escolar as práticas discriminatórias são recorrentes e comuns, incluindo casos que chegam a agressões verbais e físicas. Muitos são os estereótipos atribuídos ao outro como: preto, negro, bagunceiro, baleia, gordo, magrela, boiola, moloide, preguiçoso dentre outros. Segundo Oliveira e Sgarbi (2002, p. 54):

Formas menos cruéis ou explícitas de preconceito e exclusão podem ser encontradas nos cotidianos das nossas escolas. É comum ouvirmos bem intencionadas professoras dizerem coisas do tipo:

Ele é pretinho, mas é limpinho.

Ele não aprendeu a ler, mas sabe sambar como ninguém na sala!

Para que exigir tanto, coitada, a gente sabe que não adianta!

Os professores, muitas vezes, não conseguem olhar para o aluno com o tempo e a cumplicidade que ele precisa, compreendendo suas especificidades e toda a sua bagagem cultural. Assim sendo, as escolas precisam repensar e ressignificar o currículo, de forma coletiva, em um planejamento que define a ação educativa necessária e condizente com os tempos multiculturais. De acordo com Moreira e Silva,

a educação está intimamente ligada à política da cultura. O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado de uma seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas, que organizam e desorganizam um povo (1994, p. 59).

As políticas públicas devem contemplar caminhos alternativos e encontrar novas respostas, experimentando estratégias e propostas inovadoras. Nesta perspectiva, pensar um currículo com enfoque multicultural é um desafio que requer mudanças por parte dos educadores e também a instituição de novas políticas públicas. Cabe à escola, em uma tarefa coletiva, repensar suas práticas educativas e atividades curriculares de modo a contemplar a realidade multicultural dos alunos. Para Sacristán (1995, p. 86), “o currículo tem que ser entendido como cultura real que surge de uma série de processos, mais que como um objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar”. O currículo é a expressão real do que se entende por educação e do que se pretende com a ação educativa.

Algumas escolas têm procurado rever seus currículos buscando construí-los de forma coletiva e com a participação da comunidade escolar. Em momentos de formação continuada na escola, questiona-se: Que estratégias e ações a escola deve desenvolver para garantir que os alunos vivam a sua contemporaneidade em um contexto tão complexo como o que se apresenta hoje? Que modelo de educação pode ser adotado em tempos de tanta incerteza e em um mundo multicultural? Como contemplar de forma harmônica tanto a cultura universal quanto a local? Até que ponto é possível educar tendo em vista a tensão entre a igualdade e a diferença? São algumas perguntas que cada vez mais entram na pauta de pessoas a quem cabe a tarefa de educar. Segundo Candau: “É necessário assumir uma postura de valorização positiva das diferenças e combate às discriminações em toda a dinâmica escolar, o que exige um trabalho coletivo dos educadores, assim como espaços de formação continuada que abordem estas questões” (2011, p. 252).

Não se trata, portanto, somente de levar em conta as discriminações e as diferenças, mas também de ressignificar toda a ação escolar de forma a contemplar a multiculturalidade local e planetária. Sempre houve uma prática de culturas silenciadas dos grupos minoritários. Uma pedagogia multicultural

e intercultural representa, sem dúvida, uma aprendizagem e um avanço para o exercício da democracia e para a consolidação dos direitos humanos de todos os cidadãos.

Considerações finais

As reflexões, perguntas e dúvidas esboçadas neste texto remetem a pensar a educação escolar como uma instância privilegiada que pode e deve levar em conta a dimensão da multiculturalidade humana. Essa expressão, aparentemente simples, reveste-se de um significado transcendental para a educação. Morin (2002, p. 64) alerta para o fato de que “o vínculo entre a unidade e a diversidade das culturas é crucial”. A escola, por consequência, enquanto instituição formadora e corresponsável pelo exercício e promoção da cidadania e pela inclusão escolar e social, precisa repensar seu currículo e levar em consideração vários aspectos, dentre eles a identidade própria, planetária, social e histórica, as mestiçagens, os universalismos e particularismos, a igualdade, as diferenças e as diversidades socioculturais.

Os educadores, enquanto mediadores do processo formativo e do conhecimento, devem procurar resgatar, mediante a ressignificação das culturas coexistentes, a dimensão etnocêntrica de cada aluno, respeitando a identidade de cada um, na diversidade do coletivo. A eles cabe a tarefa de promover o diálogo intercultural no mundo multicultural em que vivemos. A interculturalidade possibilita o encontro e o intercâmbio entre os diferentes níveis e âmbitos culturais. O diálogo intercultural adquire, dessa forma, um importante significado na medida em que se constitui um mecanismo de compreensão e de transformação das identidades.

Dentre as principais tarefas do educador, enquanto protagonista social e mediador de conhecimento e cultura, portanto, destaca-se o compromisso de possibilitar aos seus alunos a compreensão sobre o multiculturalismo como uma característica inerente ao mundo, no qual não há culturas superiores e/ou

inferiores, certa ou errada e, sim, culturas diferentes que devem ser respeitadas. Deste reconhecimento decorre, sem dúvida, a compreensão das diversidades culturais e um possível diálogo intercultural.

Referências

- ANDRÉ, João Maria. *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Lisboa: Ed. Palimage, 2012.
- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual*. Brasília: MEC; SEF, vol. 10, 1997.
- CANDAU, Vera M. F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>. Acesso em: 3 jun. 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 11. ed. 2006.
- LARRAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MORIN, Edgar. *O método 5. A humanidade da humanidade*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. (Orgs.). *Redes culturais: diversidade e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. *Currículo e diversidade cultural*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- TRINDADE, A. L.; SANTOS, R. (Orgs.). *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- VALENTE, A. L. *Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade*. São Paulo: Moderna, 1999.

Recebido em: 12/5/2014

Aceito em: 22/8/2014